

**COMO OS MOVIMENTOS SOCIAIS SE ADAPTAM AOS CONTEXTOS
POLÍTICOS? ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E NARRATIVAS DOS
MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE JUVENTUDES NO NOVO CICLO POLÍTICO
BRASILEIRO**

Olívia Cristina Perez

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

oliviaperez@yahoo.com.br.

Joana Tereza Vaz de Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

joanateresa@gmail.com

Eixo temático: Movimentos Sociales, Actores Sociales y Ciudadania

Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019.

Resumo: Este trabalho examina as relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil durante os anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo federal (de 2003 a 2016) até as últimas decisões do presidente empossado em 2019, Jair Bolsonaro. A pesquisa analisou, de forma comparativa, o perfil de ocupantes de cargos federais, bem como narrativas de militantes de movimentos sociais nas áreas de mulheres e juventude. Os resultados demonstram a construção e consolidação do projeto participativo nas gestões petistas, que muda radicalmente com a eleição de Bolsonaro. A mudança de direção na relação entre Estado e movimentos sociais desperta reflexões acerca da própria continuidade da democracia no Brasil.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Participação Social. Ativismo estatal. Políticas públicas para a Juventude. Políticas públicas para Mulheres.

INTRODUÇÃO

A influência dos cidadãos nas decisões públicas não acontece somente no voto. Existem diversos outros mecanismos que garantem a chamada participação social, entendida aqui como a atuação da sociedade civil junto às instâncias estatais, como os conselhos gestores, as conferências, as audiências públicas entre outros. A possibilidade de que a sociedade civil decida questões públicas junto ao governo é considerada como constitutiva da democracia participativa.

Apesar de não ser novidade, a participação social se expandiu nos últimos anos no Brasil, especialmente com o chamada ativismo estatal e a ampliação das Instituições de Participação. Tal expansão tem relação com alguns fatores.

Primeiramente, os movimentos sociais que atuaram durante a ditadura militar exigiram mais direitos sociais direitos à participação política. A luta desses movimentos sociais por mais participação contribuiu para que a Constituição de 1988 incorporasse os diversos mecanismos de participação social na gestão estatal.

Por outro lado, em 2003, o Presidente Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito como presidente do país. Como o PT tinha como base os movimentos sociais, muitas lideranças foram incluídas na gestão das políticas públicas. A construção de novas relações sociais entre Estado e sociedade, mediante a vasta participação social, sempre foi central no projeto político do PT. O

Partido já havia implementado experiências de participação social com sucesso em prefeituras antes mesmo de chegar ao governo federal, definindo, assim, um certo modo petista de governar (Sader; Garcia, 2010). O PT permaneceu no poder federal brasileiro até 2016 (duas vezes com Lula como presidente e outras duas vezes com Dilma Rousseff, que teve seu mandato interrompido em 2016).

Vários estudos (Abers; Von Bülow, 2011; Pires; Vaz, 2014; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014; Dowbor, 2014; Cayres, 2017) analisaram as relações entre Estado e sociedade civil na gestão petista, especialmente por meio do se chama de ativismo estatal (a entrada na agenda governamental de demandas de movimentos sociais por meio da nomeação de militantes para cargos no governo).

De maneira geral, esses estudos apontaram para uma série de avanços, mas também para algumas limitações. No que se refere aos avanços, citam-se: o maior envolvimento dos movimentos sociais nas definições de temas e elaboração de políticas específicas para os diferentes grupos sociais; a entrada de novos temas até então não pensados e levados em consideração pelo Estado, que impactaram na elaboração dos desenhos institucionais das políticas públicas. As limitações referem-se ao fato de que os movimentos sociais exigiam respostas rápidas enquanto a gestão pública obedece ao tempo imposto pela burocracia. Além do fato de militantes não necessariamente conhecerem regras, normas e leis. Apesar dos limites, os trabalhos ressaltam o aprendizado dos ativistas na gestão pública e o aprendizado dos burocratas no relacionamento com os ativistas. Em última instância, estes estudos ajudaram a entender o contexto político da gestão Petista.

Com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, o ciclo petista no poder encerrou-se, marcando a entrada de governos conservadores: primeiro com Michel Temer, do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) agora Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ocupou a presidência do Brasil de 2016 a 2018; depois com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal, PSL) para presidente, em 2018. Para entender essa mudança de direção na relação entre movimentos sociais e Estado, entende-se neste trabalho que são necessários outros referenciais teóricos.

Nessa tarefa considera-se útil a discussão contemporânea que Tarrow realizou em seu livro *Strangers at the Gate* (2012), especialmente quando o autor versa sobre o papel dos ativistas na fronteira entre o confronto político e de rotina. Para ele, os ativistas escolhem seus repertórios e *frames* de acordo com as relações que estabelecem com o campo político.

Tarrow (2012) explora as interações dos movimentos sociais com outros atores e com as instituições estatais, ou seja, privilegia a interação dos movimentos com o sistema político. No seu entendimento, os movimentos sociais “são estranhos no portão na medida em que operam nos limites da política, em uma posição desconfortável que explica muito das ambiguidades e contradições nas suas estratégias, composições e dinâmicas” (Tarrow, 2012, p. 03). Eles são parte de um sistema mais amplo de conflito e cooperação, que Tarrow denomina de confronto político.

Para Tarrow, os movimentos sociais usam mais ações contestatórias ou mais rotineiras de acordo com as oportunidades e as ameaças. Logo, o foco da teoria do confronto político está no espaço em que as ações dos atores interagem com a política, ou seja, com os processos políticos (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 231). Os autores destacam, ainda, que o confronto depende da mobilização e das capacidades para a interação com os demais atores na cena política.

Com base nessas discussões, este artigo analisa as mudanças nas relações entre Estado e movimentos sociais desde a eleição de presidentes filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) até os dias atuais. O trabalho analisa tais relações primeiramente por meio das variações institucionais nos mais altos cargos de formulação de políticas públicas (Ministérios e Secretarias). Especificamente, são analisados o perfil daqueles que foram escolhidos para esses cargos. Também são retomadas narrativas de militantes de movimentos sociais que abordam as relações entre movimentos sociais e Estado.

A metodologia é essencialmente qualitativa. Foram feitas entrevistas em profundidade com seis ativistas vinculados a movimentos sociais que defendem direitos para a juventude e mulheres. Optou-se pela escolha de militantes que fizeram parte dos governos do PT (Lula e Dilma) e de militantes dos mesmos

movimentos que, mesmo não fazendo parte do aparato administrativo, possuem trajetória importantes com destaque em participações nos espaços dos Conselhos Nacionais.

O roteiro semiestruturado versava sobre a trajetória dos ativistas e dos movimentos que defendem, com foco nas estratégias, discursos e narrativas utilizadas para articulação ou combate das pautas do governo. Também foram consultados documentos e notícias divulgados na internet pelos órgãos do governo, movimentos sociais e grandes canais de mídia.

Trata-se de uma análise comparativa. Em primeiro lugar, compara-se o perfil dos gestores que ocuparam Ministérios e Secretarias durante a primeira gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido como Lula), um dos fundadores do PT, de 2003 a 2006; o segundo mandato de Lula (de 2007 a 2010); a primeira gestão de da ex-presidenta Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, também filiada ao PT; o segundo mandato de Dilma, de 2015 a 2016; a gestão do ex-presidente interino Michel Temer, filiado ao agora MDB, de 2016-2018; até a atual gestão de Jair Bolsonaro, eleito em 2019 pelo Partido Social Liberal (PSL). Também são comparadas as relações ente Estado e movimentos sociais nas áreas de juventude e políticas para mulheres.

O trabalho contribui com o campo da análise de formulação de políticas públicas e estudos sobre participação social ao demonstrar os padrões, transformações e tendências na relação entre movimentos sociais e Estado nos últimos 15 anos no Brasil. O período atual é marcado por mudanças nessa relação, por isso, esse é um momento oportuno para que se faça balanços. Estes podem e devem subsidiar reflexões e ações para que se retome a participação social na democracia brasileira.

1 GESTORES E INICIATIVAS FEDERAIS NAS ÁREAS DE JUVENTUDES E MULHERES

1.1 A inserção de militantes na primeira gestão de Lula (2003 a 2006)

O primeiro ano da gestão Lula (2003) é marcante para a construção política públicas voltadas aos direitos das mulheres. Em 2003, o ex-presidente transferiu a então Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, para a Presidência da República, sob o novo nome de Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). A Secretaria passou a ter *status* de Ministério e orçamento próprio. Tratou-se, portanto, de uma ação que simbolicamente e efetivamente conferiu um status maior às políticas públicas para as mulheres.

A primeira mulher a assumir a pasta da SNPM foi Emília Fernandes. A professora e sindicalista, filiada ao PT, foi senadora pelo Rio Grande do Sul de 1995 a 2003, coordenando, inclusive, a Bancada Feminina do Congresso Nacional. Desde 2013 é filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Nessa época militantes de movimentos sociais já começaram a assumir cargos na gestão petista. Conforme uma ex-gestora da área: “Eu militava no movimento estudantil e comecei a me interessar pelo movimento de mulheres, isso está associado com a militância partidária no Partido dos Trabalhadores, com a articulação das mulheres dentro do PT [...]”. Já no PT, ela entrou na gestão federal em 2003 e saiu em 2015, em um contexto de mudanças institucionais. Agora ela está na universidade e continua em um importante movimento social feminista.

O ano de 2003 também foi muito significativo para a área da juventude, pois inaugurou um amplo processo de mobilização da sociedade civil, do Executivo e do Legislativo em torno do tema. Nesse ano, a o legislativo estabeleceu a Comissão Especial de Juventude “com a atribuição de realizar uma ampla discussão com a sociedade para identificar e indicar os elementos essenciais à construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, bem como a indicação ao

Governo Federal da necessidade de criar um órgão federal gestor da política nacional de juventude”. (Silva; Silva, 2011, p. 663).

Assim diante de todos esse contexto favorável à discussão juvenil, há a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ), em 2005, registrando-se avanços importantes, como o aumento do número de jovens no ensino superior, a retirada de milhões deles das condições de miséria e pobreza e a criação de mecanismos de participação social, a exemplo dos Conselhos e Conferências Nacionais.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) foi criado nesse cenário de debate político e articulação, pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, e regulamentado pelo decreto presidencial 5, de 14 de julho de 2007, como um espaço de diálogo e construção coletiva entre o governo, a sociedade civil e a juventude brasileira. O CONJUVE contava com diversos representantes vinculados a movimentos sociais. Percebe-se a direção das políticas públicas: participativa, incluindo membros dos movimentos sociais de diferentes estados. Conforme uma entrevistada ligada a movimentos sociais:

[...] a primeira gestão do conselho nacional de juventude, tinha os seus conselhos e seus conselheiros, que são os representantes da entidade, e tinha um colegiado ampliado que era formado pelos presidentes de cada conselho estadual. Você estava lá na política, além das entidades que disputaram como os processos de conselho de direito acontece, eles chamaram pra compor esse colegiado maior os presidentes dos conselhos dos 17 Estados que na época tinham já nos conselhos estaduais de juventude, pra aumentar o diálogo, pra conversar ficar maior (entrevistada3).

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005, nasce com a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis de Inclusão de Jovens (Projovem), instituídos pela Lei 11.129, em 30 de junho de 2005. A maioria das pessoas que foram compor a SNJ tinham relações muito próximas com os movimentos sociais.

A SNJ era vinculada inicialmente à Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR), que tinha *status* de Ministério e era comandada à época por Luiz Dulci, professor e sindicalista, filiado ao PT. Ainda em 2003, no primeiro ano da gestão Lula, o então presidente alterou as competências da SGPR, tirando a função de relacionamento com o Congresso e acrescentando a implementação de instrumentos de consulta e participação popular. Percebe-se a intenção do projeto petista de impulsionar a participação da sociedade civil organizada, incluindo os movimentos sociais, na formulação e controle das políticas públicas.

O primeiro secretário da SNJ foi Beto Cury, militante sindical e filiado ao Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais. Segundo uma entrevistada, a entrada de movimentos sociais na Secretaria de Juventude mudou o desenho das políticas públicas. "Você está carregado de um compromisso maior, faz toda a diferença, inclusive pelas trajetórias" (entrevistada 1).

Conforme destaca Novaes (2012), apesar do início dos anos 1990 aparecerem como o cenário de surgimento, não só na América Latina, mas também no Brasil, dos primeiros espaços governamentais de juventude, pouco se avançou no que se refere à conquista de direitos. Mais especificamente, a linguagem dos direitos só começa realmente a aparecer pós-Governo Lula.

Em comum no campo da juventude e de políticas para as mulheres, os entrevistados narraram o exemplo de casos de sucesso da inserção de pessoas e agendas nas políticas públicas, no Governo Lula. Mas isso não significava a desmobilização dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que ocupavam espaços institucionais, os movimentos discutiam e mobilizavam mais militantes. O movimento de juventude negra conseguiu, por exemplo, construir ao longo de sua existência narrativas que possibilitassem que setores da população brasileira se identificassem com as suas demandas e, inclusive, apoiassem as reivindicações no campo político.

É importante ressaltar que a inserção no Estado não era desejada por todos os movimentos. A quarta entrevistada, ex-gestora da SNPM, pontuou a diversidade de movimentos feministas. O que ela faz parte tinha desde sua gênese a articulação de mulheres contra o neoliberalismo. A assunção de cargos no governo federal

aconteceu, no caso dela e de outros entrevistados, pela relação orgânica entre o PT e os movimentos sociais.

Em suma, conforme pesquisa documental e entrevistas, no primeiro ano do governo Lula, abriu-se uma agenda de discussões para a construção de políticas públicas em diálogo com militantes de movimentos sociais. Pelo fato do Partido dos Trabalhadores (PT) ter com uma das suas bases principais os movimentos sociais, os militantes foram chamados para ocupar cargos na burocracia federal e/ou para contribuir com a formulação de políticas públicas.

1.2 A consolidação do projeto participativo no segundo mandato de Lula (2007 a 2010)

O segundo mandato do presidente Lula é marcado por continuidades em relação ao projeto participativo e avanços nas legislações e políticas públicas. No caso das políticas públicas destinadas às mulheres, o comando da SNPM na segunda gestão de Lula foi assumido por Nilcéa Freire. Formada em medicina, filiada ao PT, Nilcéa era reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro na época em que foi Secretária. Ficou na Secretaria até o final do governo Lula. Sua gestão organizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ainda em 2004, que reuniu 120 mil mulheres e resultou na construção do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

No seu segundo mandato, Lula manteve Beto Cury como Secretário Nacional da Juventude, atendendo assim a reivindicações de entidades e movimentos de jovens de todo o país, conforme reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, em março de 2007. Demonstrando continuidade, Luiz Dulci também permaneceu na Secretaria Geral da Presidência da República.

Em 2008, a realização da I Conferência Nacional de Juventude foi um marco histórico do movimento juvenil no país, reunindo aproximadamente 2,5 mil pessoas. Segundo um entrevistado da área da juventude:

a primeira Conferência foi reflexo de tudo que vinha acontecendo. Todo mundo que pautava as discussões regionalmente nesse momento foi para Brasília, se mudou. Eu fui para assessoria do IICA

[Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura], Severine [militante ligado à agricultura familiar e organizações trabalhistas, futuro secretário Nacional da Juventude na gestão de Dilma Rousseff] foi para o PT nacional. (entrevistado 1).

Portanto, o segundo mandato de Lula reforça a participação da sociedade nas discussões das políticas públicas. Conforme já destacado por outros autores, as oportunidades de inserção institucional para movimentos e organizações de diferentes áreas se ampliaram de maneira considerável (Abers; Serafim; Tatajiba, 2014).

1.3 A continuidade do projeto participativo no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2014)

A imbricação entre Estado e movimentos sociais que ocorreu nas duas gestões de Lula foi possibilitada em grande parte pelo fato de que os militantes de movimentos sociais eram filiados ao PT (partido do presidente). Esse método de escolha dos gestores (ligação com o PT e com os movimentos sociais) continuou no primeiro mandato do governo Dilma (de 2011 a 2014), ela também filiada ao PT. Nesse sentido, a primeira gestão de Dilma Rousseff dá continuidade ao projeto político implementado por Lula.

Prova dessa continuidade no campo das políticas públicas para mulheres foi a manutenção de Iriny Lopes como Secretária da SPNM. A então deputada federal pelo PT do Espírito Santo foi escolhida Secretária em 2010, ainda no final do governo Lula, permanecendo no cargo até 2012, quando deixou o posto para candidatar-se à prefeitura de Vitória (ES).

A ex-deputada teve um papel importante no Congresso: foi relatora da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), uma histórica reivindicação de movimentos feministas para a implementação de um instrumento legal que assegurasse direitos e defesa de vítimas de violência doméstica e familiar.

Durante a gestão petista, a SNPM ampliou o escopo de atuação do Estado na defesa dos direitos das mulheres englobando três linhas: políticas de trabalho e de autonomia econômica das mulheres; combate à violência contra a mulher;

programas para as áreas de saúde, educação, cultura e ações voltadas para maior participação das mulheres nas políticas de igualdade de gênero e diversidade. (Martins; Cerqueira; Matos, 2015).

Para a Secretaria Nacional da Juventude, em 2011, Dilma indicou Severine Macedo. Severine foi coordenadora de juventude em organizações sindicais e integrou o Conselho Nacional de Juventude de 2005 até 2010. Em 2008, foi eleita Secretária Nacional de Juventude do PT e coordenou a campanha da juventude para a eleição de Dilma como presidenta. Severine contou com apoio de mais de 30 entidades para a indicação de seu nome. A entrada de Severine marca um período interessante para a SNJ porque ela carrega consigo vários militantes que atuavam em espaços participativos junto com ela. Nessa nova configuração da Secretaria temas caros aos movimentos sociais, especialmente ao movimento de juventude negra, entram na agenda e se tornam prioridade. Ressalta-se aí a criação do Plano Juventude Viva, em 2011, que buscava enfrentar o extermínio da juventude negra.

Para a secretaria Nacional da Presidência da República foi escolhido Gilberto Carvalho. Assessor e conselheiro de Lula, ele era ligado a movimentos operários da Igreja Católica e desempenhou diversas funções no PT.

Dando continuidade ao projeto implementado por Lula, seu antecessor, ainda no primeiro ano do governo Dilma, em 2011, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que, conforme balanço da própria Secretaria “ mobilizou cerca de 550 mil jovens em mais de 1.500 etapas preparatórias e reuniu, em Brasília, 3 mil lideranças e delegados eleitos para representar a juventude brasileira”. (Brasil [2011], p. 02).

É importante ressaltar que a militância dentro do Estado não acontecia sem tensões. Conforme as entrevistas, uma das tensões derivava do fato de que os militantes também funcionários públicos não podiam implementar totalmente a agenda dos movimentos, pois havia limitações técnicas, orçamentárias e mesmo de projetos políticos. Conforme uma ex-gestora da SNPM: “[...] os movimentos sociais não são um bloco único, têm tensões entre movimentos sociais e tem agendas institucionais que às vezes se aproximam ou não dos movimentos sociais”

(entrevistada 4). Para ela, ao assumir o cargo, seu papel é de gestora, embora haja uma confiança dos movimentos sociais pela agenda em comum, mas isso não significava a inexistência de conflitos e tensões. Inclusive, ela não participou mais de movimentos sociais enquanto foi gestora do governo federal, retornando somente após a saída do governo federal.

Além da dificuldade de implementar pautas dos movimentos sociais, as tensões dos ativistas estatais estavam também relacionadas com as críticas que recebiam dos próprios movimentos. Conforme uma outra entrevistada que militou pelos direitos estudantis:

[...] tanto a direita atacava, que achava que era concepção demais, quanto a galera que se acha esquerda de verdade, que é o campo mais esquerdista, que era oposição de esquerda ao governo, que achava que nunca era suficiente, não tinha visão de gestão, queria, por exemplo, que algumas coisas fossem feitas a ferro e a fogo, a gente tinha que ter essa dupla tarefa: de ser o que cobra mas ao mesmo tempo ser o que defende (entrevistada 3).

Para refletir esse contexto multiplicaram-se os estudos sobre a interação socio estatal na literatura acadêmica brasileira. A atuação de membros de movimentos sociais em cargos públicos deu origem ao termo “ativismo institucional”, entendido como participantes de movimentos sociais que ocupam status formais no governo.

Abers e Bulow (2011) ressaltam que os ativistas dos movimentos sociais frequentemente cruzam a fronteira entre Estado e sociedade civil, já que em alguns momentos trabalham nas organizações da sociedade civil e em outros atuam nos cargos governamentais. As autoras pontuam que os movimentos sociais criam e se reconstróem nessas posições.

1.4 Respostas às crise política no segundo mandato de Dilma (2015 a 2016)

O ciclo de protestos iniciados com as manifestações que ocorreram em Junho de 2013 no Brasil abalaram o contexto político. Para se ter uma ideia do que foram os protestos, em junho de 2013 as manifestações de rua passaram de cerca

de duas mil pessoas para mais de um milhão em duas semanas (Folha de S. Paulo, 2015).

A onda de manifestações, ou ciclo de protestos, iniciada em Junho de 2013, teve como estopim a luta pelo transporte público, mas os protestos reuniram outras bandeiras: direito à cidade, defesa dos direitos sociais e trabalhistas, melhoria de serviços públicos, combate à corrupção, contra as discriminações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual etc. Todas essas demandas estavam presentes em Junho, mas algumas delas ganharam mais relevo, a depender da manifestação.

Além dessas demandas, as manifestações de 2013 exprimiram o distanciamento da política parlamentar: “[...] as massas nas ruas afirmam o desejo de exercício da política sem mediações institucionais [...]” (TATAGIBA, 2014, p. 41). O distanciamento dos partidos marcou as manifestações da época, inclusive muitos manifestantes foram hostis à presença de partidos e seus militantes (TATAGIBA, 2014).

A onda de manifestações continuou em 2014 e 2015. O discurso anticorrupção presente em 2013 transformou-se em ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT) e pedidos de impeachment para a então presidenta Dilma Rousseff (PT). Proliferaram nessas manifestações apoio à intervenção militar, revelando um traço autoritário entre os brasileiros, que parecia inédito, embora já fosse apontado por pesquisadores (cf. Moisés, 2008). Em 2014 passeatas foram inclusive lideradas por organizações políticas de cunho liberal na economia e conservador em relação aos costumes, tais como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL) (GOHN, 2018).

Em meio a essa proliferação de demandas e críticas ao sistema político, ocorreram as eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Logo em seguida, sua vitória foi questionada pelo adversário, Aécio Neves (PSDB). Seguiram-se denúncias de corrupção que evidenciaram o ativismo político-judicial e a seletividade da mídia brasileira (Feres Junior; Sassara, 2016). Esses fatores ajudaram enfraquecer o governo, fortalecendo o PMDB (depois, MDB) no Congresso Nacional, o que culminou com a eleição de Eduardo Cunha para presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Foi o então deputado do antigo

PMDB do Rio de Janeiro quem deu o início ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, levando seu vice, Michel Temer, ao posto de presidente do Brasil em agosto de 2016.

Pressionada pela crise política, em 2015 Dilma promoveu uma reforma com redução de 39 para 31 ministérios. A SNPM foi alvo da reforma, juntando-se à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos no novo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH). Ali já se desenhava mudanças na direção do governo, ainda que não se esperasse a ascensão de um projeto tão conservador e anti-participação como o defendido pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

A perda de *status* de Ministério que tinha a SNPM, foi alvo de crítica de diversas feministas. Conforme reportagem da Agência Patrícia Galvão publicada em 2015, as feministas entrevistadas consideravam que a fusão da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres com a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos seria um retrocesso, já que acabaria com organismos simbólica e politicamente históricos voltados à formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres. Conforme entrevista da socióloga Eva Baly: “[...] acho lamentável que as forças retrógradas tenham tanto poder a ponto de fazer com que voltemos para trás no que nossa voz conseguiu por meio da SNPM.” (Agência Patrícia Galvão, 2015). No mesmo sentido, Maria Amélia de Almeida Teles (uma importante feminista brasileira) declarou que a extinção da SNPM:

[...] é um absurdo, porque conquistamos a Secretaria de Política para as Mulheres e a Secretaria da Igualdade Racial por meio de uma grande luta, de um movimento histórico pelo reconhecimento das nossas necessidades e demandas, tanto das populações não brancas quanto da feminina. [...] Nós precisamos é de mais mulheres no governo. Se tirarmos duas ministras, estamos reduzindo nosso poder político. (Agência Patrícia Galvão, 2015)

Para coordenar o recém-criado MMIRDH foi escolhida a pedagoga Nilma Lino Gomes, que também foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e tem um importante papel na luta contra o racismo. A Ministra permaneceu no cargo até o dia do afastamento de Dilma pelo

Senado Federal, em 2016. Nilma Gomes não era filiada a nenhum partido político, o que já indica o impacto das Jornadas de Junho no governo Dilma: a ex-presidenta escolheu um nome “técnico”. O distanciamento de partidos, ainda que passível de problematizações, ficará mais evidente nos governos posteriores.

A SNPM, agora subordinada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos passou a ser comandada por Eleonora Menecucci, que já comandava a Secretaria desde 2012, no lugar de Iriny Lopes. Menecucci é professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), filiada ao PT e conhecida pela sua militância feminista. Por defender abertamente a legalização do aborto e os direitos dos homossexuais, muitos criticaram a indicação de seu nome para a SPNM. O então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se opôs à indicação da Menecucci, utilizando inclusive as redes sociais para conclamar à união da bancada de evangélicos no Congresso contra “a abortista que nomearam ministra”. Para acalmar os ânimos, Dilma disse na cerimônia de posse que a Secretária era “Uma feminista que respeitará seus ideais, mas que vai atuar segundo as diretrizes do governo em todos os temas sobre os quais terá atribuição”. (FOLHA DE LONDRINA, 2012).

Dilma em seu segundo mandato também promoveu reformas ministeriais que impactaram na Secretaria Nacional da Juventude. Pressionado para diminuir o número de ministérios, a ex-presidente criou em 2015 a Secretaria de Governo da Presidência da República, resultado da fusão da Secretária-Geral da Presidência, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria da Micro e Pequena Empresa e do Gabinete de Segurança Institucional.

O Secretário da Juventude escolhido em 2015, Gabriel Medina, dando continuidade ao projeto anterior, tinha ligação com movimentos da juventude e com o Partido dos Trabalhadores. Entretanto, modificou completamente a estrutura da SNJ, colocando mais técnicos com perfis administrativos, com pouca ou quase nenhuma relação direta com os movimentos sociais.

Percebe-se então, no segundo mandato de Dilma Roussef, mudanças na direção do gerenciamento. Pressionada pela crise política, que foi expressa e alimentada pelas Jornadas de Junho de 2013, Dilma começou a reunir Ministérios

e Secretarias em seu segundo mandato, diminuindo assim a importância simbólica e prática de certas discussões, em prol da propaganda de que seu governo estaria reduzindo gastos e aderindo a um perfil mais técnico, ou menos político (como se isso fosse possível).

1.4 O projeto conservador na gestão de Michel Temer (2016 a 2018)

Após Michel Temer assumir o cargo de presidente interino em 2016, o MMIRDH foi extinto e no seu lugar foi criado o Ministério dos Direitos Humanos. A mudança de orientação do Ministério, refletido no seu novo nome (Direitos Humanos, suprimindo a luta pela igualdade racial e de gênero) já apontava como as desigualdades seriam tratados no novo governo. Os funcionários públicos federais ligados ao PT já começaram a sair do governo nessa época, conforme as entrevistas.

Para explicar a entrada de Michel Temer, em geral os entrevistados lançam mão da ideia de golpe. O golpe não teria encontrado resistência capazes de barrá-los, por conta de certa desmobilização dos movimentos sociais, já que seus líderes passaram a ocupar cargos governamentais e os próprios movimentos deixaram de fazer o trabalho de base. Essa visão pode ser percebida no seguinte narrativa de uma militante do movimento feminista. Conforme a entrevista 3, o golpe ocorreu por conta “[...] da gente não ter amadurecido enquanto movimento [...], a gente se afastou da base, a gente não discute mais com a população, não utiliza mais a população pra perceber a continuidade”.

Com a entrada de Temer, em 2016, as estratégias dos movimentos foram sendo reconfiguradas, uma vez que a maioria dos ativistas deixou a gestão pública. Segundo uma entrevistada da área da juventude, o diálogo com o poder público ficou bastante fragilizado na gestão Temer, assim como as ações da Secretaria. Para outra militante, o diálogo com o governo simplesmente deixou de existir durante a gestão de Temer. Na fala dela: "com golpista a gente não dialogava. Se Dilma voltasse, a gente voltaria a dialogar, senão a gente romperia com o conselho". (entrevistada4).

Na área das mulheres, a gestão Temer indicou como Ministros e Secretários militantes partidários, mas agora do MDB. Em que pese a escolha ainda ser partidária, diferente das gestões petistas, a relação destes burocratas com movimentos sociais não era mais a tônica do governo Temer.

Para chefiar o Ministério dos Direitos Humanos foi escolhida Luislinda Valois, jurista, magistrada e política. Luislinda foi filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 2013 até 2017. No PSDB, sua imagem era utilizada como símbolo da busca de igualdade racial pelos tucanos, tendo em vista seu histórico na militância contra o racismo e a intolerância religiosa no Brasil. Nesse sentido, a nomeação da Ministra também foi uma forma de responder as críticas sobre a ausência de uma mulher e negros no primeiro escalão do governo Temer. Ela foi demitida do Ministério dos Direitos Humanos após se envolver em polêmicas, como o pedido para furar o teto salarial afirmando ser vítima de “trabalho escravo” (a Ministra queria receber mais de R\$ 300 mil em supersalários retroativos). Após a repercussão negativa, ela desistiu do pedido (O Globo, 2018). Luislinda foi substituído por Gustavo Rocha ficou conhecido nacionalmente por ter sido advogado do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e ser ligado a autoridades do PMDB.

Na SNPM Temer nomeou a ex-deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP), que era próxima a Temer e ocupava a presidência nacional do PMDB Mulher, um dos núcleos do partido do ex-presidente interino. A Secretária defendia posições mais conservadoras que a antecessora no cargo.

Durante o Governo Michel Temer a Secretária-geral da Presidência e o Gabinete de Segurança Institucional foram recriados. Com isto a Secretaria de Governo ficou apenas com as atribuições de Relações Institucionais, ligadas à articulação política. Geddel Vieira Lima foi escolhido para o cargo de Secretário-Geral da Presidência. O administrador de empresas filiado ao então MDB foi demitido 6 meses depois, acusado de corrupção.

Para a Secretaria da Juventude, Temer nomeou Bruno Moreira Santos. Bruno, que era presidente licenciado da Juventude Nacional do PMDB, se envolveu em uma polêmica ao comentar sobre o massacre em que 33 presos foram mortos

na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo , em Roraima, afirmando que “tinha que matar mais [presos]; tinha que fazer uma chacina por semana” (Veja, 2017). Após a repercussão negativa da sua declaração, o ex-secretário pediu demissão do cargo, sendo substituído no início de 2017 por Francisco de Assis Costa Filho. Em nota o ex-secretário afirmou que havia “valorização muito grande” da morte de condenados e que “embora o presidiário mereça respeito e consideração, é necessário valorizar mais o combate à violência com mecanismos que o Estado não tem conseguido colocar à disposição da população plenamente” (Veja, 2017). Esse comentário já expressa a ascensão do projeto conservador que adentrará no governo federal com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Em que pese a ascensão do apoio conservador e militar, Temer tentou responder à juventude que saiu nas ruas em 2013 com a regulamentação em 2018 do Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve) instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. O sistema prevê, dentre outras medidas, divulgação das iniciativas e a realização de Conferências da Juventude a cada quatro anos.

1.5 O conservadorismo evangélico da gestão Bolsonaro (2019 até os dias atuais)

Em 2019, o debate acerca dos direitos das mulheres ganhou novos contornos. A SNPM foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). O próprio nome dado ao novo Ministério (Mulher, Família e Direitos Humanos) indica o conservadorismo do projeto bolsonariano: a mulher aparece ao lado da família. Cabe à mulher, nessa perceptiva, o ser o esteio da família, cuidando dos filhos, marido (homem) e outros parentes. Além da Secretaria Nacional de Mulheres que já era vinculado à Ministério, a Secretaria Nacional da Juventude também foi vinculada ao novo Ministério no governo Bolsonaro, o que também indica a direção conservadora das políticas para as juventudes.

Como Ministra assumiu a pedagoga, advogada, evangélica e pastora, Damares Alves. A Ministra causou polêmica após divulgar um vídeo na internet logo após da vitória de Jair Bolsonaro alegando que a "nova era começou, e que agora

menino veste azul e menina veste rosa" (conforme reportagem divulgada em 03/01/2019 no portal de notícias O Globo). Mais tarde, falou que foi apenas uma "metáfora". Ainda que seja, trata-se de uma posição significativa na discussão sobre gênero ao remeter à demarcação de papéis sociais fixos e ligados ao sexo biológico de nascimento – na contramão das discussões sobre gênero que defendem que o sexo biológico não precisa estar ligado a papéis sociais pré-determinados e estanques. Inclusive, a declaração da Ministra vai na contramão das pautas básicas dos movimentos feministas: a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Para a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, o governo indicou em março de 2019 o nome de Tia Eron. A professora Tia Eron foi deputada federal pelo PRB/BA. Sua ligação com a igreja Universal reafirma a pauta conservadora do governo Bolsonaro e o distanciamento em relação aos movimentos feministas que pregam, dentre outras pautas, a laicidade do Estado.

A escolha de Secretarias e Ministras segundo seu posicionamento conservador e presença na mídia parece ser uma das linhas do governo Bolsonaro. Para a secretaria da Juventude, foi escolhida a jovem catarinense Jayana Nicaretta filiada ao Partido Popular (PP, partido conservador brasileiro). Conforme a página do próprio Ministério, atualmente com 24 anos, a secretária nacional foi amais jovem vereadora eleita em Santa Catarina no ano 2012. Em entrevista à rádio CBN-Diário a Secretária Nacional disse que testemunhou "doutrinação" em sala de aula. Conforme a Secretaria: "Fui estudante e presenciei. Saí do Ensino Médio, ainda não tinha percepção do que acontecia, mas depois, analisando o conjunto das provas que fomos obrigados a fazer, da maneira como fomos obrigados a pensar, fica evidente que o aluno é conduzido a uma determinada linha de pensamento ideológica. Dentro da universidade, isso ficou muito mais perceptível, devido ao ativismo dos movimentos ideológicos, que são predominantes em muitos cursos e universidades, particulares também" (CBN, 2019); Nota-se que esse ativismo ideológico é associado pelo atual presidente e seus apoiadores como parte do projeto do PT para implementar uma "ditadura comunista" no Brasil, em que pese os anos que o PT permaneceu no poder de forma democrática.

Na mesma reportagem a engenheira disse que o governo Bolsonaro presa a indicação técnica e não política, ainda que ela tenha sido vereadora do PP. Ou seja o discurso de que sua equipe é distante da política, responde e alimenta a aversão aos partido e sistema político brasileiro, expresso nas Jornadas de junho de 2013 e em manifestações posteriores. No entanto, é necessário apontar a vinculação partidária e trajetória em cargos representativos daqueles que se dizem distantes destas instituições.

1.6 Síntese dos resultados

Conforme informações dos entrevistados, o primeiro período da gestão Lula foi marcado pela ascensão de militantes de movimentos sociais, também filiados ao PT, a postos chaves da burocracia federal. Dando continuidade ao projeto participativo, no segundo mandato dele são formuladas políticas públicas e legislações que respondem, ainda que com limitações, às agendas dos movimentos sociais. Esse projeto político pode ser considerado participativo, na medida em que incorpora demandas de movimentos sociais via Instituições de Participação e por meio do ativismo estatal.

A primeira gestão de Dilma Roussef, também filiada ao PT, em 2011, não rompe com esse projeto. No entanto, a segunda gestão de Dilma em 2015, muda a direção da centralidade dessas áreas, em parte respondendo a crise política expressa e alimentada pelas Jornadas de Junho de 2013, em que milhares de manifestantes foram as ruas em prol de mais direitos e críticos ao sistema político e partidário.

Com o impeachment da ex-presidente em 2016, assume em seu lugar Michel Temer (MDB). Sua gestão pode ser considerada um período de transição, já que os militantes dos movimentos sociais nas áreas analisadas começam a sair do governo federal e os Secretários e Ministros escolhidos já demonstravam posicionamentos mais próximo do projeto conservador que ascendeu ao governo federal em 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro. Bolsonaro se posiciona contrariamente à participação de movimentos sociais que lutam por direitos no governo, extinguindo

Instituições de Participação, exonerando militantes de partidos filiados ao campo progressista, e no seu lugar colocando políticos evangélicos e militares defensores do conservadorismo no campo da moral e do liberalismo no campo econômico.

Os posicionamentos dos movimentos sociais revelados pelas suas narrativas podem ser melhor entendidos com a teoria do confronto político. Conforme Sidney Tarrow (2009) o sistema político muda e modifica o ambiente em que os atores sociais atuam, influenciando o início, desenvolvimento e resultados da ação coletiva. Para ele, mudanças gerais nas condições políticas possibilitam ambientes favoráveis onde pessoas tendem a acreditar que a ação coletiva pode ser bem-sucedida, pois as mudanças nas oportunidades reduzem os custos da ação coletiva, revelando aliados potenciais e mostrando onde as elites e autoridades são vulneráveis. (Tarrow, 2009).

De fato, a relação do Estado com os movimentos sociais no Brasil alterou-se conforme o governo eleito e o seu projeto político - mais ou menos voltado à participação social e inserção da pauta dos movimentos sociais. Conforme a entrevistada 3:

Quando eu entrei na militância a gente vivia na era FHC, né. A forma do movimento se organizar ela era um pouco diferente, mais ou menos parecido com o que a gente tá tendo que fazer hoje em dia, né. A diferença é que pelo menos por enquanto o diálogo parece muito mais complicado do que, por incrível que pareça, era na época de FHC [...] e Lula e a Dilma não podiam avançar tanto quanto a gente queria talvez pela falta de vontade, mas muito pelo atravancamento que o congresso dava, então a gente questionava muito o congresso, então os atos aconteciam, as manifestações aconteciam, era voltado pra pauta do congresso [...] Com o Temer a gente não teve nenhuma oportunidade de conversa, desde a fase pós golpe, e com o Bolsonaro a gente tá com pouco tempo de governo, mas a gente sente que vai ser muito difícil sabe, sem possibilidade de respeitar as institucionalidades e de se manter um diálogo [...].

Conforme o trecho acima, as pautas e as estratégias dos movimentos alteraram-no Brasil conforme o projeto participativo dos governos. Como no período Lula havia a inserção de militantes no Estado e as manifestações se voltavam para o Congresso, hoje os movimentos sociais lutam para a garantia de direitos e estão

organizando atos nas ruas. As articulações dos movimentos não acontecem mais dentro do Estado, já que agora tais movimentos não contam com ativistas nos cargos públicos federais. Mesmo instituições como Conselhos e Conferências estão esvaziados. Para uma entrevistada: “Os canais institucionalizados acabaram. Ninguém se dispõe a participar desses ambientes porque sabe que o diálogo não vai prosperar.” (entrevistada 4).

A saída parecem ser as ruas. Mas as dificuldades de construir uma pauta geral que mobilize diversos movimentos parecem ecoar ainda as Jornadas de Junho. Conforme uma das entrevistadas: “A gente não consegue, a gente não consegue porque está tudo, na minha forma de, fora a minha obviedade na descrença da política institucionalizada, de achar que pelas vias políticas não se resolve mesmo”. (entrevistada 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015 encerrou o ciclo petista no poder, marcando a entrada de governos conservadores: primeiro com Michel Temer (MDB), vice de Dilma que ocupou a presidência do Brasil de 2016 a 2018; depois com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) para presidente, em 2018.

O crescimento do projeto conservador no Brasil defendido pelo governo federal, choca-se com o projeto progressista e participativo do governo petista. Ainda que a própria esquerda possa ter críticas ao governo do PT, especialmente por não promover reformas mais radicais de combate à desigualdade social, fica evidente o quanto o governo federal tem agora um projeto diferente do projeto participativo petista.

O presidente Bolsonaro defende um projeto conservador que tem como uma das diretrizes a diminuição de diálogo com movimentos sociais que lutam pela concretização de direitos. Prova disso é a publicação no dia 11 de abril de 2019 do decreto 9.759/2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Incluem no conceito de colegiado:

conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outra denominação dada ao colegiado. Como decreto o presidente concretiza diretrizes que já havia sinalizado: o fim do diálogo com movimentos sociais que lutam pela concretização e direitos. Outra atitude nesse sentido foi a demissão, iniciada por Michel Temer e intensificada por Jair Bolsonaro de ativistas de movimentos sociais que haviam se incorporado junto com o PT no governo federal.

Como Decreto assinado por Bolsonaro, as Instituições de Participação que se expediram no Brasil desde a redemocratização podem deixar de existir ou servir de espaço para a legitimação de projetos conservadores. Não sem resistência da sociedade, dos movimentos e dos partidos que já estão se manifestando publicamente e tomando medidas judiciais para barrar o desmonte da participação institucionalizada.

Sem a participação social, o governo brasileiro não pode ser chamado de democracia, ainda que se considere os contornos mínimos para que um regime seja considerado democrático. Portanto, o que está em pauta no Brasil hoje é mais do que a derrocada do projeto participativo que teve como marca a expansão das Instituições de Participação e do ativismo estatal. O que está melhor é a própria democracia.

REFERÊNCIAS

Abers, R. & Von Bülow, M., 2011. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias* 13 (28), pp. 52-84.

Abers, R., Serafim, L. & Tatagiba, L., 2014. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados* 57, pp. 325-357.

Agência Patrícia Galvão, 2015. Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, SEPPIR E SDH, 22/09/2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/feministas-criticam-ameaca-de-extincao-da-spm-seppir-e-sdh/>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

Brasil. Balanço SNJ, 2011. Brasília: [2011]. Disponível em: <http://www.jsb.org.br/anexos/1.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2019.

Cayres, D, 2015. *Ativismo Institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)*. Tese de doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

CBN diário, 2019. Fui estudante e presenciei a doutrinação. Reportagem publicada em 23/01/2019. Disponível em: <http://cbndiario.clicrbs.com.br/sc/noticia-aberta/fui-estudante-e-presenciei-a-doutrinacao-afirma-secretaria-nacional-da-juventude-213424.html>. Acesso em 02 de abril de 2019.

Dowbor, M., 2014. Ocupando o Estado: a análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980. In: CARLOS, E., OLIVEIRA, O. & ROMÃO, W (Org.). *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, pp. 83-122.

Feres Junior, J. & Sassara, L., 2016. O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde debate* 40, pp.176-185.

Folha de Londrina, 2012. Para acalmar evangélicos, Dilma enquadra nova ministra. Reportagem publicada em 10 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/para-acalmar-evangelicos-dilma-enquadra-nova-ministra-790289.html>. Acesso em abril de 2019.

Folha de S. Paulo, 2007. Governo mantém Beto Cury na Secretaria de Juventude. Reportagem publicada em 23/03/2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90597.shtml>. Acesso em 03 de abril de 2019.

Folha de S. Paulo, 2015. Protestos de junho de 2013 atraíram 1 milhão no auge. Reportagem publicada em 15/03/2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>. Acesso em abril de 2019.

- Gohn, M. G., 2018. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. *Caderno CRH* 31(82), pp. 117-133.
- Martins, A., Cerqueira, D. & Matos, M., 2015. *A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil*. Brasília: IPEA: Nota Técnica 13.
- Mcadam, D., Tarrow, S. & Tilly, C., 2009. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 76, pp. 11-48.
- Moises, J. A., 2008. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Rev. Bras. Ci. Soc.* 23(66), pp. 11-43.
- Movimento Brasil Livre, 2015. Manual de instruções para filiais municipais. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em 02 de abril de 2019.
- Novaes, R., 2012 A juventude e a luta por direitos. *Diplomatique Brasil*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em 02 de abril de 2019.
- O Globo. 2018 Luislinda Valois é demitida do Ministério dos Direitos Humanos. Reportagem publicada em 19/02/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/luislinda-valois-demitida-do-ministerio-dos-direitos-humanos-22412163>. Acesso em 02 de abril de 2019.
- O Globo, 2019. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. Reportagem publicada em 03/01/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 02 de abril de 2019.
- Pires, R. C. & Vaz, Alexander C. N., 2014. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova* 93, pp. 61-91.
- Sader, E. & Garcia, M., 2010. *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo & Ed. Boitempo.
- Silva, R. & Silva, V., 2011. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Cad. CRH* 24(63), pp. 663-678.
- Tarrow, S. 2012. *Strangers at the Gates: Movements and States in Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tatagiba, L., 2014. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade* 13(28), pp. 35-62.
- Tilly, C., 2010. Os movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, pp.133-160.
- Veja, 2017. Secretário que defendeu 'matar mais' nos presídios deixa o cargo. Reportagem publicada em 7 janeiro de 2017. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/secretario-que-disse-que-tinha-que-matar-mais-deixa-o-cargo>. Acesso em 02 de abril de 2019.